

Ramagem admite ter se encontrado com advogados de Flávio

Tomaz Silva/Agência Brasil



Alexandre Ramagem, chefe da Abin Tomaz Silva/Agência Brasil

Após a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, conceder um prazo de 24 horas para para que o ministro-chefe do GSI, general Augusto Heleno, e do diretor da Abin, Alexandre Ramagem, deem explicações sobre [relatórios](#) que teriam sido feitos para auxiliar a defesa do senador Flávio Bolsonaro, o chefe da Abin decidiu se pronunciar.

Em sua manifestação, Ramagem negou que a agência tenha produzido relatórios para orientar a defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) no "caso das rachadinhas".

Confirmou apenas que participou de uma reunião com os advogados do filho do presidente, mas que o encontro não gerou nenhum resultado formal ou uso da estrutura pública que justifique a ação judicial.

Outro questionado, o general Augusto Heleno, sustentou que o STF deve intimar o jornalista Guilherme Amado, da revista *Época*, para que ele apresente os relatórios mencionados.

"Nesse sentido, encareço ao STF a citação do jornalista que detém os dados do suposto documento produzido pela Abin para que forneça os relatórios citados a fim de que seja possível a adoção das eventuais medidas cabíveis."

Ambos defenderam que a reunião com os advogados de Flávio não é ilegal, já que cabe ao GSI zelar pela segurança do presidente e seus familiares.

ADI 6.529

Autores: Redação ConJur